

Locus Desertus: cavaleiros e fortalezas na guerra pela fronteira

(Castela, século XIII)

Marcio Felipe Almeida da Silva¹

Resumo

Tendo em vista que hoje compreendemos as fronteiras como uma linha ou extremidade que define os limites entre regiões distintas, nos propomos, neste trabalho, analisar o conceito que tinha esta palavra quando aplicada ao reino de Castela no século XIII. Sabemos que as fronteiras, durante este período, exerceram seu papel na mentalidade social, pois permitiram a oportunidade de enriquecimento e a execução dos feitos de armas em um campo pronto para batalhas, cavalgadas e escaramuças, onde castelos e praças fortes assinalam a paisagem. Além de criar identidades, é no século XIII que estes limites sofrem suas principais alterações, e pouco será mudado depois das transformações territoriais promovidas por Fernando III e Afonso X.

Palavras-chave: fronteiras; Castela; Reconquista.

Abstract

The purpose of this paper is to analyze the concept of “border” when it is applied to the Kingdom of Castela during the XIIIth Century. As we know, during this period the borders had a strong influence on social mentality and provided opportunity for monarchies and religious orders to get richer, as well as to the performance of military deeds in fields which landscape were dotted by castles and strongholds and always available for battles, horse riding and skirmishes. Besides of creating identities, during the XIIIth Century the Iberian borders have

¹ Mestrando em História Medieval pela Universidade Federal Fluminense e graduado pela UNIABEU. Membro do grupo de estudos *Translatio Studii – Dimensões do Medievo* (UFF).

been submitted to their most important changes. From the reigns of Fernando III and Afonso X, Castela borders had barely been changed.

Keywords: borders; Castela; Reconquest.

Tendo em vista que hoje compreendemos as fronteiras como uma linha ou extremidade que define os limites entre regiões distintas, nos propomos neste trabalho analisar o conceito que tinha tal palavra quando aplicada ao reino de Castela no século XIII, além, é claro, da evolução do termo a partir da expansão territorial castelhana. Sabemos que as fronteiras durante este período exerceram seu papel na mentalidade social, permitindo a oportunidade de enriquecimento e a execução dos feitos de armas em um campo pronto para batalhas, cavalgadas e escaramuças, onde castelos e praças-fortes assinalavam a paisagem. Buscaremos também entender como atuaram as “ordens militares” e as fortificações no espaço conquistado durante o século XIII, principalmente nos reinados de Fernando III e Afonso X, período em que estes limites sofreram suas principais alterações.

Como o tema fronteiras ainda esta longe de suscitar as investigações que merece (RUCQUOI, 1995, p.273), devemos, a partir deste ponto, tentar conceituar os limites físicos dos reinos Ibéricos, afinal foi durante a Idade Média que seus contornos físico-políticos começaram a ser estabelecidos. Em *Fragmentos de Uma Composição Medieval*, o historiador José Mattoso afirma que as constantes disputas por castelos e terras fronteiriças nos impedem de compreender a fronteira entre os séculos XIII e XIV como uma linha cortante e limitadora de áreas de poder (MATTOSO, 1987, p.68). Desta forma, seguindo as análises procedidas pelo autor, entendemos os limites castelhanos como um local de confronto e atuação das elites de poder, território que melhor pode ser caracterizado como um “espaço” do que como uma “linha” fixa.

Compreender este espaço castelhano constitui um desafio cauteloso ao historiador, já que a observação de um território ocupado por cristãos procede de maneira diferente das observações de áreas controladas pelas autoridades islâmicas. Garcia de Cortazar, autor de *História Rural Medieval* insiste em uma análise territorial em três hierarquias, que podemos aplicar ao nosso estudo.

A primeira hierarquia é meramente física e em função dela calculamos o espaço como factor de estabelecimento humano, quer dizer, a sua capacidade de estímulo ou atraso em provocar aquele e, por consequência, uma vez conseguida a ocupação, o dos custos sociais para a manter historicamente. (...) A segunda hierarquia é econômica, e em função dela avaliamos o espaço com factor de produção, quer dizer como terra. (...) A terceira hierarquia é a relacional, em função dela avaliamos o espaço, o nosso espaço concreto, como sujeito activo ou passivo das relações e contactos, sejam os desenvolvidos internamente, isto é, entre o espaço rural e os seus pontos de polarização (GARCIA DE CORTÁZAR, 1983, p.84).

Durante a Alta Idade Média, como bem destacou Thomas F. Glick, a fronteira entre cristãos e muçulmanos possuía um carácter ideológico, necessitando de ajustes à medida que procediam os lentos avanços e assentamentos permanentes. Embora o autor insista em classificar os limites territoriais como estáveis, acreditamos que as fronteiras constituíam um local de insegurança (*locus desertus*²), e, devido às frequentes incursões, um território intensamente móvel. Os castelhanos percebiam a fronteira a partir da escassez de sua própria população em comparação com o grande número de muçulmanos adversários (GLICK, 1993, p.81). Esta percepção foi alterada de acordo com seu deslocamento para o sul no fim do século XI. Os avanços cristãos, incentivados pelas concessões de “fueros” e “cartas-pueblas”, contribuíram para o modelamento da fronteira a seu favor. Finalmente, foi com as conquistas do século XIII que o termo fronteira associou-se aos lugares que estavam posicionados nos limites com Andaluzia, como Jerez, Aquilar e Vejer.

Flocel Sabaté levantou um relevante questionamento ao insistir na associação das fronteiras ao feudalismo. Entendendo que a “senhorização” do território surge a partir da evolução social, para ele o submetimento da nobreza à coroa em troca do controle de castelos leva a aristocracia a manter um pacto de lealdade com o monarca, se comprometendo a manter as fortalezas em condições favoráveis e ao serviço com cavaleiros armados, característico do sistema feudal (SABATÉ, 2005-2006). O importante neste ponto é compreender que a coroa não possuía um exército

² Segundo Thomas F. Glick o termo *Locus desertus* aparece na documentação castelhana caracterizando a fronteira como um local deserto e desabitado, sempre se referindo aos limites territoriais com as terras de dominação islâmicas (GLICK, 1993, p.75)

profissional permanente em numero suficiente para garantir a defesa dos territórios conquistados, dessa maneira a aristocracia e as Ordens militares se tornavam atraentes para a política real, tendo em vista que se dedicavam às atividades militares e possuíam recursos para garantir a defesa do local.

Entendemos que desde enraizada a “Reconquista” houve um limite espacial fundamental para a divisão dos reinos cristãos e dos territórios sujeitos à lei islâmica. Esta fronteira, permeável e móvel, sofreu alterações com a evolução dos conflitos. O esfacelamento do califado de Córdoba em diversas *taifas*, no ano de 1031, acabou com a unidade numérica vantajosa dos mouros, permitindo maior execução do poderio militar por parte dos reinos ibéricos, principalmente Castela, que anos depois conquistou Toledo (1085) e Valência (1094-1099). A partir do século XI, o avanço cristão para o Sul, embora sem ser linear, nunca mais se interrompeu (RUCQUOI, 1995, p.128), todavia as invasões islâmicas dos Almorávidas e Almôadas vindos da África forçaram os cristãos a uma nova organização para o combate.

Entre os séculos XII e XIV o reino de Castela permitiu e influenciou a entrada das ordens militares no cenário da Reconquista, primeiramente com a instalação de Templários e Hospitalários vindos de fora da Península e depois com a criação das chamadas “ordens locais”. Por sua organização militar e política, as Ordens se beneficiaram da entrega de terras e de castelos pela coroa nas zonas fronteiriças, sua implantação nas áreas de conflito permitiram que escapassem muitas vezes da autoridade régia gozando certa autonomia, embora o controle da Reconquista na Península Ibérica dependesse diretamente da condução do monarca.

Américo Castro afirmou que, embora a documentação seja extensa, necessitamos de uma história adequada da vida e significação das Ordens militares (CASTRO, 2001, p.192). Como Castro escreveu a obra *España En Su Historia* nos anos finais da década de cinquenta, quando o tema raramente era explorado, acreditamos que ele se surpreenderia com a quantidade de trabalhos hoje publicados e com o fascínio que os historiadores têm agora por esta temática.

Com a atuação das ordens militares, o espírito de combate aos grupos islâmicos sofreu, pelo menos no imaginário da sociedade, uma aproximação com a guerra travada pelos *cruzados* em Jerusalém:

O paralelismo entre a cruzada do Oriente e a guerra santa da Espanha (a Reconquista) pareceu evidente aos olhos dos contemporâneos e a Espanha tornou-se assim um terreno de implantação e de experimentação de ordens militares (DEMURGER, 2002, p.41).

Não podemos esquecer que falar de “Reconquista” não é o mesmo que falar de “Cruzada”. A Cruzada propriamente dita é travada a partir de 1095 para a recuperação da herança de Cristo (Jerusalém e Terra Santa) e a defesa dos cristãos contra o avanço muçulmano (LOYN, 1997, p.272). Já guerra de Reconquista se situa tradicionalmente da revolta de Pelágio em 718 até a conquista de Granada pelos reis católicos em 1492, todavia os objetivos dos ataques efetuados pelos cristãos antes do século XII na península não possuíam caráter acentuado de ocupação como os que ocorriam na Terra Santa, mas, sim, saque e butim. O conceito de reconquista, como explorou Ricardo da Costa (reconquistar, conquistar de novo, recuperar por conquista. COSTA, 1998, p.78), só poderá ser aplicado com precisão quando abordamos a guerra e, não, a ocupação, ou seja, entendemos como ocupação quando os objetivos das ofensivas se invertem de pilhagens para a tomada de uma determinada localidade. Além disso, precisamos deixar claro que a ocupação nem sempre é feita mediante a guerra.

A chegada das ordens militares no conflito, durante o século XII, contribuiu para a redução do ambiente de tolerância com os mouros, pois a guerra ganhou um caráter ideológico contra um inimigo da fé, tanto por parte dos cristãos como por parte das hordas Almorávidas e Almôadas, que chegaram à Península imbuídos do conceito de *Jihad*³. Sendo assim, se estabelece um caráter sagrado de expansão das fronteiras, legitimadas pelas autoridades religiosas como um combate justo. Devemos evitar cometer o que o Glick classificou como um dos erros básicos da historiografia, o

³ Jihad: De acordo com uma consulta feita a SBMRJ (Sociedade Beneficente Muçulmana do Rio de Janeiro) o termo *Jihad*, erroneamente traduzido como “guerra santa”, significa “esforço” ou “empenho” para defender as causas do islã.

fato de pesquisarmos uma sociedade em pleno conflito não quer dizer que não havia tolerância, e, mesmo ao tempo, os períodos de paz e trégua declaradas não excluíam possíveis confrontos. Para o autor, guerra e tolerância são fatores que andavam de mãos dadas na Península (GLICK, 1993, p.218). Porém, como tais diferenças não fazem parte dos objetivos centrais deste trabalho, deixaremos de lado esta questão.

Pois bem, as ditas ordens “estrangeiras”, Templários e Hospitalários, não corresponderam à expectativa dos monarcas castelhanos frente à ofensiva Almôada, “a esse fracasso relativo às ordens da Terra Santa, e sobretudo da mais militar das duas, Castela respondeu de maneira original, criando suas próprias Ordens (DEMURGER, 2002, p.45). A mais destacada delas, a de Calatrava, originou-se a partir da incapacidade dos cavaleiros templários em suportar os ataques na fortaleza de Calatrava, como afirma a *Crónica General de Alfonso X*:

Non podríen ellos ir contral grand poder de los aláraves, (...) ca non avíen guisado de lo que era mestre por que contra ellos se parassem; demás que el rey mismo non fallara ninguno de los grandes omnes de Castiella que al peligro de aguel logar se atroviessen a parar. (Crónica General, p.666)⁴

Com a saída deles, Raimundo Serra, abade do convento de Fitero, reuniu monges cistercienses e cavaleiros sobre a Regra de São Bento e ofereceu seus serviços para defender a fortaleza seguindo uma disciplina militar semelhante a dos Templários. Essa união permitiu a criação e o reconhecimento da Ordem de Calatrava, em 1164, pelo papa Alexandre III. Mantendo-se engajada nas empresas da reconquista, participou ativamente da campanha militar em *Las Navas de Tolosa*, recebendo como recompensa a fortaleza de Salvatierra pelas mãos do rei castelhano.

Na mesma época outras duas ordens participaram das conquistas procedidas pela coroa, as de Alcântara e de Santiago. A primeira foi fundada por cavaleiros em Salamanca, próxima a igreja de San Julián del Pereiro, recebendo o mesmo nome da paróquia. Passou a ser conhecida como Ordem de Alcântara quando os cavaleiros de

⁴ In: CASTRO, Américo. *Espana En Su Historia: Cristianos, Moros y Judios*. Barcelona: Editorial Crítica. 2001. p.188.

Calatrava doaram-lhe o convento-fortaleza de Alcântara por determinação do monarca de Castela, anos após a batalha de *Las Navas de Tolosa*⁵.

Com relação aos cavaleiros de Santiago, tiveram início modesto em Leão com a fundação da confraria dos *irmãos de Cárceres*. Em 1171 comprometeram-se com o arcebispo de Compostela a defender as possessões do episcopado na região, depois de renderem homenagem ao clérigo passaram a contar com sua proteção, sendo então denominados como *Cavaleiros de Santiago da Espada*. Logo caíram nas graças do rei de Castela, recebendo o território de Uclés, nas fronteiras do reino, posse que os Hospitalários não conseguiram preservar. O papa Alexandre III, sabendo retirar o proveito da situação, legitimou a criação das ordens locais e assegurou que tivessem como principal objetivo a defesa da Cristandade frente aos infiéis (DEMURGER, 2002, p.49).

Em 1217 Fernando III ascendeu ao trono de Castela, e, aproveitando o acentuado declínio dos Almóadas, soube retirar proveito das tensões ocorridas na Andaluzia islâmica. Com a derrubada do soberano muçulmano no Magreb, um novo comando centralizado em Sevilha começou a se impor a partir da proclamação do Califa Abu-Ula. Porém o constante temor de uma nova invasão proveniente da África o levou a estabelecer uma trégua com Castela, onde o califa concordou em ceder dez fortalezas fronteiriças em troca de ajuda militar cristã. A intervenção ambiciosa de Fernando III em Andaluzia resultou na conquista de alguns povoados como Iznatoraf, Santisteban, Trujillo e Úbeda, todos com fortificações que possibilitavam o avanço cristão à cidade de Córdoba. Apoiado pelas ordens militares e sabendo aproveitar as desavenças internas entre os andaluzes, Fernando III conquistou Córdoba em 1235, após cinco meses de sítio. Por estas datas, o monarca já havia unido definitivamente Castela e Leão, uma vez que suas irmãs renunciaram à coroa de Leão em seu favor. Tal fato possibilitou ao reino maior poder e recursos financeiros para empreender grandes conquistas, como o cerco e a invasão a cidade de Jaén (1245).

Em seguida, o reino de Múrcia, ainda sobre domínio islâmico, enviou uma embaixada ao infante Afonso, futuro Afonso X, para negociar a entrega da cidade

⁵ Las Navas de Tolosa: Batalha travada em 16 de julho de 1212 na região de Navas de Tolosa. Terminou com a vitória dos reinos cristãos liderados por Afonso VI de Castela sobre os mouros almóadas.

como protetorado de Castela. Diferente da tomada de Córdoba, onde a cidade foi entregue intacta e vazia, Fernando III autorizou Múrcia a manter guarnições em determinados pontos e a conservar a população islâmica, desde que se comprometessem ao pagamento de *parias* e à aceitação de tropas castelhanas dentro da cidade.

Depois de conquistadas Córdoba e Jaén, Sevilha se tornou o objetivo de anseio imediato do monarca. Porém, o elevado aparato de defesa existente na cidade e a proximidade com o rio Guadalquivir obrigaram Fernando III a planejar com cautela sua ofensiva. O rei então resolveu ocupar os principais pontos de acesso a Sevilha por terra, partindo em seguida com a frota castelhana para assediar os contornos do rio, forçando os sitiados a se renderem sobre a condição de abandonarem a cidade despovoada e intacta no prazo de um mês.

Quando pensamos nestas regiões ocupadas por Fernando III, precisamos compreender que a reconquista não devolveu cidades cristãs a Castela, mas, sim, zonas desertas que precisavam ser repovoadas ou núcleos de população islâmica que gradativamente se impuseram sobre o passado romano-visigótico das cidades. “Fernando III reocupó el lugar en donde estuvo la antigua Hispalis, y en donde en 1248 había una ciudad que nada tenía que ver con la de 711 (CASTRO, 2001, p.339)”. Dessa forma os castelhanos encontraram locais de arquitetura, traçados e construções diferentes das cidades cristãs do norte.

Por esta razão, Fernando III, buscando evitar que tais zonas despovoadas retornassem com o tempo ao controle islâmico, conservou em determinadas regiões a população muçulmana já residente no local, desde que reconhecessem a autoridade da coroa castelhana. Outra saída foi a concessão de *tenencias*, instituições feudo-vassálicas cedidas pelo governo à pequena e à média nobrezas, às Ordens militares e aos conselhos. Responsáveis pela administração destas *tenencias*, os *alcaldes*, como eram denominados, exerciam a função militar na defesa do território recém-conquistado. A eles se atribuía ainda a conservação das fortalezas, a garantia de efetivos em número suficiente para proteger a região, e o requisito de prestar juramento ao rei.

Com o falecimento de Fernando III em 1254, seu filho Afonso X se encarregou de continuar a obra de expansão e repovoamento das fronteiras. Podemos dizer que a Fernando III coube o papel de conquistar e a Afonso X de manter as conquistas. A participação do poder régio nas cidades se refletiu com maior intensidade na gestão deste último. Por entender que as *tenencias* eram uma perigosa arma de controle territorial e militar em poder da nobreza, efetuou com mais cautela as doações, afinal a posse das mesmas aceleravam o processo de senhorização das terras e favoreciam a autoridade local. Por esta razão o monarca buscou regular as atribuições dos alcaides nas Partidas.

Tener castillo de señor según fuero antiguo de España es cosa en la que existe muy gran peligro, puesto que ha de caer el que lo tuviere, si lo perdiere por su culpa, en traición, que es puesta como en igual de muerte del señor; mucho deben todos los que los tuvieren ser apercebidos en guardarlos, de manera que no caigan en ella. Y para esta guarda ser hecha cumplidamente, deben allí considerarse cinco cosas: la primera, que sean los alcaides tales como conviene para guarda del castillo, la segunda, que hagan ellos mismos lo que deben en guarda de ellos; la tercera, que tengan allí cumplimiento de hombres; la cuarta, de vianda; la quinta, de armas: Y de cada una de estas queremos mostrar cómo se deben hacer; y por ello decimos que todo alcaide que tuviere castillo de señor debe ser de buen linaje de padre y madre, pues si lo fuere, siempre habrá vergüenza de hacer del castillo cosa que le esté mal, ni por la que sea denostado él ni los que de él descendieren; otrosí debe ser leal porque siempre sepa guardar que el rey ni el reino no sean desheredados del castillo que tuviere (ALFONSO X, 1807. 2ª Partida, Título 18, ley 8)

De acordo com a proposta inicial deste trabalho, faremos uma pausa nas abordagens acerca dos cavaleiros e suas Ordens Militares para discutir um pouco algumas questões referentes às fortificações e sua utilização na guerra de Reconquista. Um intenso trabalho de pesquisa, desenvolvido a partir dos dados levantados no *site Castillos de España*, permitiu observar como estavam distribuídas as fortificações na fronteira de Castela no século XIII. Durante esta pesquisa, listamos 506 construções bélicas, dentre as quais, apenas 103 nos interessam neste ponto, por que tiveram

atuação permanente no século em questão. Incluímos no levantamento castelos, torres, recintos amuralhados etc., todos distribuídos entre as cidades de Múrcia, Jaén, Córdoba e Sevilha. Entretanto, faz-se necessário explicar que foram encontrados castelos sem registro, sendo assim, somente uma análise ampla e efetuada no próprio solo ibérico poderia ser precisa. Exatidões à parte, o que nos interessa neste ponto é compreender a quem pertencia estas fortificações no tempo de Afonso X.

Em linhas gerais, constatamos que o solo castelhano, coberto por obstáculos naturais como rios, rochedos e aclives influenciou o desenvolvimento dos castelos, muitas vezes em lugares que já haviam sido ocupados pelos visigodos ou mesmo por povos da antiguidade como cartagineses, gregos e romanos.

Devemos entender que a análise das estruturas físicas é importante para a compreensão de determinados fatores históricos, sendo assim, podemos classificar as fortificações castelhanas de duas formas diferentes, as “reutilizadas” e as “emergentes”. No primeiro caso, os cristãos se apropriam de uma estrutura defensiva árabe (ou ainda de ocupação anterior) promovendo reparos ou ampliações, modelo característico do século XIII. Listamos no terreno castelhano 81 castelos árabes reutilizados por cristãos após a conquista, nas cidades que mencionamos anteriormente; em contrapartida, apenas 13 se enquadram no grupo dos emergentes, a maioria deles construída nas últimas décadas de Afonso X por seu irmão Don Fadrique, como a Torre Mocha e a Torre del Infante Don Fadrique.

A ampla anexação de terras a Castela exigia estruturas de organização política que o reino ainda não possuía. Administrar as novas terras era o mesmo que garantir, por meio da força, que elas não caíssem novamente nas mãos dos muçulmanos. Como já relatamos anteriormente, existiu na Península certa fragilidade por parte da monarquia em manter tropas permanentes e adquirir recursos financeiros em número suficiente para efetuar sozinha a tarefa de conquistar os territórios islâmicos. Embora Afonso X tenha reservado castelos capturados para a coroa, não teve como evitar a dependência das Ordens, concedendo terras em forma de *adelantamentos*, senhorios onde o rei implantava um *Adelantado* para exercer o poder militar e de justiça em seu nome. Além dos nobres, a Igreja também exerceu esta função, como é o caso do

adelantamento de Carzola, que, sobre a jurisdição do arcebispo de Toledo, possuía uma vasta extensão.

Em meados do século XIII, o iminente perigo de uma nova invasão islâmica vinda do Marrocos acentuou a dependência da coroa para com Ordens. Buscando garantir a defesa do reino, Afonso X criou, em 1272, a *Ordem de Santa Maria de Espanha*, dedicada ao combate pelo mar, constituindo uma ousada tentativa de controlar o estreito de Gibraltar para impedir o apoio do Magreb aos muçulmanos de Granada. Em 1279, a instituição não pode evitar sua derrota na Batalha de Algeciras, fato que impôs o término das pretensões da coroa ao controle marítimo. No ano seguinte, as tropas da Ordem de Santiago foram dizimadas frente aos granadinos e, para compensar as perdas, o rei de Castela decidiu incorporar a Ordem de Santa Maria ao que sobrou de Santiago (DEMURGER, 2002, p.53).

Para finalizar, entendemos que, em meados do século XIII, o reino de Castela se encontrava como um mundo salpicado de cidades, no qual a coroa tentava impor suas vontades através da força e das concessões de privilégios, valendo-se destas artimanhas como ferramentas de controle da vida urbana (JIMENEZ, 1999, p.318). Os reinados de Fernando III e Afonso X lançaram as bases da hegemonia que Castela alcançou no fim da Idade Média. A reconquista, como destacou Adeline Rucquoi, sendo mito ou realidade, fundou um conceito de poder e uma prática deste, uma vez que procurou hierarquizar a sociedade e organizar seu espaço a partir progressão sobre as fronteiras. Os limites territoriais, que por volta de 1200 terminavam próximos às margens do rio Guadiana, nos tempos do Rei Sábio se encontraram estendidos ao sul, além do rio Guadalquivir, incorporando grandes centros como Córdoba e Sevilha.

Fonte Primária:

ALFONSO X. *Las Siete Partidas Del Rey Don Alfonso El Sabio*. Madrid: Imprensa Real. 1807. 3 Tomos. Tomo I.

Fonte on-line:

Castillos de España. Acedido em: Fevereiro, 2012, em:

<http://www.castillosnet.org/programs/castillosnet.php>

Referências Bibliografias:

CASTRO, Américo. *España En Su Historia: Cristianos, Moros y Judios*. Barcelona: Editorial Crítica, 2001.

COSTA, Ricardo da. *A Guerra na Idade Média: Um Estudo da Mentalidade de Cruzada na Península Ibérica*. Rio de Janeiro: Edições Para Todos, 1998.

DEMURGER, Alain. *Os Cavaleiros de Cristo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

FLETCHER, Richard. *A Cruz e o Crescente: Cristianismo e Islã, de Maomé à Reforma*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2004.

GÁRCIA DE CORTAZAR, José Angel. *História Rural Medieval*. Lisboa: Editorial Estampa, 1983.

GLICK, Thomas F. *Cristianos y Musulmanos em La España Medieval (711-1250)*. Madrid: Alianza Editorial. 1993.

HOURANI, Albert. *Uma História dos Povos Árabes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

JIMENEZ, Manuel Gonzalez. *Alfonso X (1252-1284)*. Burgos: Editorial La Olmeda, 1999.

MATTOSO, José. *Fragmentos de Uma Composição Medieval*. Lisboa: Estampa, 1987.

RUCQUOI, Adeline. *História Medieval da Península Ibérica*. Lisboa: Estampa, 1995.

SABATÉ, Flocel. *Frontera Peninsular e Identidad (siglos IX-XII)*. In: *Estudis Medievals Espai*. Lyon. 2005-2006.

VALDEÓN, Julio. *Alfonso X, El Sábio*. Madrid: Ediciones Temas de Hoy, 2003.

Recebido em 27 de maio de 2012.

Aprovado em 10 de julho de 2012.